

Dívida bruta dos Açores aumentou para quase 2 mil milhões de euros

A dívida bruta dos Açores aumentou em 2019 para 1.956,6 milhões, segundo revelou ontem o INE, ao publicar a primeira notificação de 2020 sobre o procedimento dos défices excessivos.

Foi o único aumento registado entre as administrações regionais e local, já que a dívida da Madeira e das autarquias baixou.

A dívida dos Açores tem vindo sempre a subir, sendo de 1.596 milhões de euros em 2016, 1.690,4 milhões em 2017 e 1.860 milhões em 2018.

O INE explica que, relativamente à dívida bruta, de acordo com a legislação europeia sobre esta matéria, importa ter presente os seguintes esclarecimentos: i) é excluída a dívida comercial; ii) é excluída a dívida das empresas públicas que não integram o sector das Administrações Públicas; iii) a dívida dos municípios e freguesias localizados nos territórios das regiões autónomas é registada no subsector da Administração Local.

As transferências do Estado também aumentaram para os Açores, relativamente a 2018, passando de 259,3 milhões de euros para 285,3 milhões de euros.

O INE sublinha ainda que é importante referir que, no apuramento da capacidade / necessidade de financiamento da Administração Regional e Local, se incluem, nas receitas, as transferências recebidas da Administração Central.

Estas transferências estão registadas como despesa na conta da Administração Central, sendo objecto de consolidação na Conta das Administrações Públicas.

Unid: milhões de euros	2016	2017	2018	2019
Capacidade (+)/necessidade (-) líquida de financiamento				
- Administração Regional e Local	846,6	316,8	347,5	727,3
<i>Administração Regional da Madeira</i>	223,8	79,6	101,3	38,0
<i>Administração Regional dos Açores</i>	- 67,1	- 70,0	- 139,6	- 75,2
<i>Administração Local</i>	689,9	307,2	385,8	764,5
Dívida Bruta				
- Administração Regional e Local	10 575,5	10 335,7	10 200,4	9 968,4
<i>Administração Regional da Madeira</i>	4 790,3	4 803,7	4 746,9	4 662,8
<i>Administração Regional dos Açores</i>	1 596,0	1 690,4	1 860,0	1 956,6
<i>Administração Local</i>	4 189,2	3 841,6	3 593,5	3 348,9

Unid: milhões de euros	2016	2017	2018	2019
Transferências da Administração Central para:				
<i>Administração Regional da Madeira</i>	174,6	172,8	177,4	176,7
<i>Administração Regional dos Açores</i>	251,9	250,5	259,3	285,3
<i>Administração Local</i>	2 262,3	2 347,8	2 267,5	2 283,3

PS viabiliza audição de Vasco Cordeiro e outros membros do Governo

O PS/Açores anunciou ontem que, para além de requerer a audição do Presidente do Governo dos Açores na Comissão Permanente da Assembleia Legislativa da Região, vai viabilizar as audições de outros membros do Governo dos Açores solicitadas nas comissões sectoriais, para abordar as medidas que estão a ser implementadas na Região na sequência da epidemia mundial designada por Covid-19.

O Grupo Parlamentar do PS/Açores votou favoravelmente as audições das Secretárias Regionais da Saúde e da Solidariedade Social, bem como a audição do Secretário Regional da Educação e Cultura, solicitadas na Comissão de Assuntos Sociais, ontem, na reunião que decorreu por videoconferência.

As audições que vão ser solicitadas na Comissão de Economia, que reúne no próximo dia 27 de Março, também vão ser viabilizadas pelos deputados do PS/Açores, em concreto das Secretárias Regionais da Energia, Ambiente e Turismo, da Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas, assim como as audições dos Secretários Regionais da Agricultura e Floresta e do Mar, Ciência e Tecnologia.

O PS/Açores viabilizará também a audição do Vice-presidente do Governo dos Açores.

Como foi referido pelo Presidente do Grupo Parlamentar, Francisco



César, na reunião da Comissão Permanente, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores não deve parar: "Não deixamos, por um momento, de exercer as nossas funções, até as acentuamos: fiscalizando a atividade do Governo, nas comissões setoriais, na comissão permanente e em contactos permanentes com o Governo dos Açores".

Francisco César defendeu que o funcionamento das Comissões tem é que se adaptar, "ouvindo e respondendo às centenas de pedidos de informação que os açorianos nos fazem chegar" e, principalmente nesta altura, acompanhando e estando "atentos ao trabalho que está, e que deve ser feito, no âmbito da contenção da doença ou da preparação dos serviços de saúde para a contingência da crise".

Bloco de Esquerda fala em imposições abusivas

aos trabalhadores

"Temos que responder à crise de saúde pública, mas também à crise económica, defendendo o emprego e defendendo a coesão social", alertou o líder do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda em reunião da Comissão Permanente.

António Lima deu nota da existência de relatos de despedimentos ilegais e imposições abusivas aos trabalhadores perante a actual crise e pediu mais fiscalização para evitar abusos.

O deputado do BE deixou ainda um apelo "à solidariedade de todos" para que no fim desta crise haja uma região coesa para reconstruir a economia, que ficará muito danificada.

António Lima pediu também especial atenção do Governo Regional para medidas que garantam o funcionamento dos sectores da alimentação – como a agro-pecuária e a pesca – que não podem correr o risco de parar, e para a protecção de lares de idosos, que têm uma população muito sensível relativamente aos riscos do novo coronavírus.

No debate que se realizou na Comissão Permanente, António Lima recordou as medidas que o BE propôs ao Governo Regional no dia 18 de Março para dar resposta às pessoas no âmbito da actual crise de saúde pública: a clarificação da forma de resposta do Serviço Regional de Saúde

aos doentes crónicos e à obtenção de receitas médicas, a gratuidade da linha Saúde Açores, articulação com as autarquias para garantir apoio à população em situação mais frágil, suspensão dos cortes de fornecimento de electricidade e água, a suspensão do pagamento de creches e jardins-de-infância até à sua reabertura, assegurando os recursos para a subsistência destas instituições e do emprego que geram.

O BE congratula-se pelo facto de várias destas medidas terem sido imediatamente colocadas em prática – nomeadamente a gratuidade da linha Saúde Açores, a suspensão do pagamento de mensalidades de creches e jardins-de-infância, e a suspensão temporária de cortes de electricidade – e espera que as restantes venham a ser implementadas em breve.

O Bloco expressou ainda "de forma sentida, uma saudação a todos aqueles e aquelas que, na linha da frente do Serviço Regional de Saúde, lutam pela nossa saúde", assim como aos trabalhadores e às trabalhadoras de todas as áreas que mantêm os sectores essenciais em funcionamento: da alimentação, às forças de segurança, bombeiros, assim como de todos os outros serviços essenciais à coesão social, ao funcionamento da economia e à informação. Eles e elas garantem que a nossa sociedade continua a funcionar."